

DOS ALUNOS PARA OS ALUNOS

POR UM ENSINO
SUPERIOR PÚBLICO,
GRÁTUITO, DEMOCRÁTICO
E DE QUALIDADE!



MANIFESTO

A Educação constitui um **direito fundamental** para o desenvolvimento e para a emancipação individual e coletiva dos jovens, bem como para o desenvolvimento económico e social do país.

O **Ensino Superior** é parte essencial para o desenvolvimento do conhecimento e aprofundamento científico e tecnológico que deve ser assegurado a todos os jovens, **independentemente da sua condição socio-económica.**

+ Alojamento
+ Bolsas
- Propinas



INTRODUÇÃO

No próximo dia 28 de Julho, realizam-se as eleições para o Senado Académico da Universidade do Minho.

Somos assim um projeto alternativo aos estudantes da Academia Minhota, com o objetivo de representar e defender os direitos e interesses de todos os estudantes.

Constituímos um grupo de estudantes com percursos diferentes, mas que se sentiram na obrigação e com vontade de mudar o rumo da Universidade do Minho, marcado pela falta de resposta aos verdadeiros problemas dos estudantes. Reconhecemos a realidade do ensino superior e as suas insuficiências, bem como a realidade concreta dos estudantes desta academia marcada por muitas dificuldades e obstáculos. Pretendemos utilizar todos os meios disponíveis para promover a discussão sobre o Ensino Superior e, principalmente, sobre a Universidade do Minho. Defendemos que o papel do Senado Académico é dar voz aos interesses dos estudantes.

Desta forma, com o intuito de reforçar o contacto com os estudantes, a nossa candidatura alicerça a sua ação em múltiplas propostas e ideias centrais, com o único objetivo de defender os direitos e interesses dos estudantes.

PROPINA

A propina constitui **um dos maiores entraves** para a entrada dos jovens no Ensino Superior. De modo a suportarem estes custos, os estudantes vêm-se obrigados a sujeitarem-se a trabalhos com vínculos precários ou a endividarem-se, sem esquecer os estudantes que mesmo recebendo bolsa de estudo, não são capazes de gerir as suas despesas mensais (transporte, habitação, alimentação, etc) em função do valor que recebem.

Em 1992, o ano da introdução da propina no Ensino Superior em Portugal, estudantes de todo o país saíram à rua para a luta que viria a estabilizar estes valores, até 2011, quando a austeridade veio também afetar os Estudantes do Superior. Neste período, **viram-se as propinas a aumentar e os rendimentos das famílias a diminuir** erguendo-se uma das maiores barreiras socioeconómicas efetivamente prejudiciais para o desenvolvimento pessoal de cada um. Contudo, **o problema da propina ainda persiste**, colocando Portugal como um dos países mais caros para se frequentar um curso de Ensino Superior dentro da União Europeia. Destaca-se ainda a lógica apresentada para justificar a propina, isto é, esta serviria de forma de financiamento do Ensino Superior, o que não se demonstra como verdadeiro quando o Estado vem diminuindo o financiamento das IES e gerando falta de condições materiais e humanas - que os estudantes são obrigados a suportar. Na verdade, uma boa parte do financiamento das IES provém da propina paga pelo Estudantes Internacionais, que compõe uma parcela considerável do total de alunos do Ensino Superior e que acarretam a grande fatia orçamental das IES.

Desta forma, **reivindicamos**, evocando o Art.º 74º da Constituição da República Portuguesa, **a gratuidade no acesso ao Ensino Superior** com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades a todos os estudantes (nacionais ou internacionais), para poder proporcionar e elevação do nível cultural, educativo e científico do país, como garante de alavanca para a realização pessoal de cada um.

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A Ação Social Escolar assume-se como **principal mecanismo de combate às discriminações económicas no Ensino Superior**. Defendemos uma atuação dos Serviços de Ação Social mais abrangente ao corpo estudantil pois acreditamos que o ensino é um direito fundamental de todos, trabalhando na ótica de criar um Ensino Superior mais acessível, propondo:

Garantir o pagamento atempado das bolsas de estudo por parte das SASUM: Acreditamos que as dificuldades dos alunos iniciam com as atividades letivas, verificando o atraso no pagamento das bolsas de estudo em períodos extensos.

A existência de apoios financeiros à comunidade académica no início do ano letivo: defendemos a existência de apoios financeiros para a aquisição de material para cursos como informática, medicina e direito pois os alunos destes cursos necessitam de fazer investimentos em materiais que são indispensáveis para a sua formação académica que podem comprometer em muito o seu sucesso e futuro académicos.

A garantia de avanço dos projetos de construção de novas residências: acreditamos que uma das grandes problemáticas sociais se encontra no facto de apenas 12% dos alunos deslocados terem acesso a quartos nas residências e de os restantes alunos terem de recorrer ao mercado imobiliário que, devido à baixa oferta relativamente à procura, apresenta-se em valores exorbitantes. Acreditamos que as residências existentes são insuficientes para responder às necessidades dos alunos, necessidades estas que se viram agravadas devido à atual situação pandémica em que vivemos.

Promoção e apoio de políticas de sustentabilidade: Procuramos criar políticas de sustentabilidade ambiental com propostas como a de instalação de ecopontos em todos os campi.

Políticas de apoio a alunos que concorrem a Erasmus: Procuramos criar um programa de auxílio aos alunos que se mobilizam ao estrangeiro com que garanta alojamento público, alimentação e transportes

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

O campus de Couros é, neste momento, alvo de uma especial atenção visto que, comparativamente aos restantes campus, se encontra desprovido de variados serviços essenciais pelo que procuramos, assim, apoiar os alunos deste campus de forma a que não se sintam tão abandonados pela Universidade do Minho, lutando com eles pela conquista de melhores condições.

Há que lutar por uma Ação Social Direta que coloque a relação tríade Estado, corpo estudantil e a Universidade do Minho, entendendo os deveres e direitos de cada um dos elementos na prática pedagógica. A autoridade da bolsa de estudo não pode exigir o nosso silêncio quanto à necessidade de mais segurança e estabilidade financeira face às várias despesas inerentes ao percurso do estudante.

Aponta-se a um enriquecimento da atuação dos SASUM, na vontade de que se abranja mais estudantes por este mecanismo, pois acreditamos que a diminuição do valor das propinas nunca poderá ser justificação para colocar em hipótese a redução dos montantes das bolsas de estudo.



PROCESSO DE BOLONHA

Condenamos todo o Processo de Bolonha iniciado em 2006, que apesar de datar de há 15 anos atrás, é um problema de raiz que culminou no estado atual de todos os sectores do Ensino Superior. Ainda que seja a única forma de organização do Ensino Superior que os estudantes conhecem, esta veio trazer a degradação da pedagogia além aumentar a discrepância de financiamento entre áreas de ensino e investigação. Este processo foi justificado na falsa premissa de igualar o Ensino dentro da União Europeia.

O que de mais verdadeiro se assistiu foram as sucessivas supressões de conteúdos de aprendizagem (ie. Licenciaturas passaram de 5 anos para 4 anos e depois para 3 anos) e divisão do percurso académico em ciclos com propinas sucessivamente mais elevadas, implementando a ideia de “ECTS” como se traduzissem o conhecimento do aluno. Graças a Bolonha, os métodos de avaliação perdem o seu carácter contínuo e aprofundado passando a ser substituídos em muitas áreas científicas por apenas um único exame final cujo resultado reflete 100% na nota final.

A implementação do processo de Bolonha, instaurado em Portugal em 2006, significou a degradação da formação e a elitização dos diversos graus, criando no Espaço Europeu do Ensino Superior uma grande bandeira de competitividade. Assistiu-se a uma compressão dos conteúdos e consequente perda de qualidade, bem como a um aumento excessivo da carga horária. Assim, reconhecemos o processo de Bolonha como um fator que gera ainda mais stress na vida quotidiana e académica dos alunos, afetando negativamente a saúde mental de cada um.

Assistimos a uma maior pressão de ter um tempo restrito para realizar a vida académica, oportunidades restritas pelo acesso das provas dos cursos e para mestrados, a falta de estágios remunerados, os horários desregulados, a falta de apoio e a excessividade de momentos de avaliação (agravado agora pela pandemia).

REGIME FUNDACIONAL

A conversão do estatuto da Universidade do Minho, de Instituição de Ensino Superior Pública para universidade-fundação pública com regime de direito privado, em 2016, surge num contexto de **sucessivos desinvestimentos no Ensino Superior**, apresentando-se como uma proposta que permite fazer face aos cortes de financiamento no Ensino Superior. A tese central afirma que este modelo fundacional confere uma maior autonomia às instituições, contribuindo para uma gestão mais eficiente e flexível do seu património, pessoal e financiamento, **o que não se verifica**.

Como consta no artigo 136º do RJIES, o financiamento das universidades fundação é misto. A contribuição do Estado às instituições é definida por meio de contratos plurianuais, de acordo com objetivos de desempenho, sendo permitido que 50% do financiamento seja proveniente de fontes alternativas. **A defesa deste modelo híbrido nada mais é do que uma manifestação da crescente empresarialização do Ensino Superior**, contribuindo para a promiscuidade entre a missão pública do Ensino Superior e os interesses privados. Consideramos que os princípios previstos no RJIES e na figura de universidade-fundação são contrários à prossecução do interesse público e afetam os princípios de igualdade e equidade no acesso à educação, que enfraquece a participação democrática e transparente dos estudantes nos órgãos que os afetam diretamente. **Terminado agora o período experimental de cinco anos do regime fundacional, abre-se o momento de avaliação deste enquadramento. Torna-se urgente a manifestação dos estudantes contra o fim do regime fundacional e o regresso ao estatuto de Instituição de Ensino Superior Público.**

O combate ao desinvestimento e aos cortes de financiamento do Ensino Superior não se faz pela mercantilização deste importante setor, deixando-o progressivamente à mercê dos grupos económicos e abandonando os interesses dos estudantes, sob o lema de maior eficiência. Faz-se, sim, com maior investimento e uma maior abertura dos órgãos de gestão a todos os membros da comunidade académica, permitindo uma contribuição efetiva que defenda os seus interesses, cumprindo o papel público do Ensino.

ESTUDANTES INTERNACIONAIS

O **Estatuto do Estudante Internacional**, enquadrado na estratégia de internacionalização do Ensino Superior português foi consagrado pelo decreto-lei nº36/2014 objetivando a criação de condições legais adequadas para a receção de estudantes estrangeiros, através da implementação de um concurso especial, com regras distintas relativamente aos estudantes nacionais e aos estudantes da União Europeia que permite o ingresso aos ciclos de estudo de licenciatura e mestrado integrado em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. A este estatuto têm direito todos os estudantes que não possuam nacionalidade portuguesa (salvo exceções consagradas no mesmo).

Estas diferenças refletem-se numa discrepância absurda: na Universidade do Minho, no ano letivo de 2020/2021 um estudante nacional paga pela licenciatura e pelo mestrado, respetivamente, 697€ e entre 1.250,00€ a 2.750,00€. Um estudante internacional, por sua vez, pagará pela licenciatura e pelo mestrado entre 2.000,00€ e 6.500,00€ e entre 2.500,00€ a 7.500,00€, respetivamente. Ainda que estes estudantes paguem valores mais elevados, **não usufruem dos mesmos benefícios que os estudantes nacionais**, já que apenas têm direito à Ação Social Indireta, que não contempla apoios como a bolsa de estudo, o complemento de alojamento, o complemento mensal de mobilidade, o auxílio de emergência e o benefício anual de transporte.

Posto isto, é evidente que estes valores são reflexo da progressiva mercantilização do Ensino Superior, consequência evidente da lógica mercantil da oferta e da procura - não só um ataque aos direitos dos estudantes consagrados na Constituição da República Portuguesa, mas também a prova viva da existência de discriminação sistémica que culmina na diferença avassaladora de preços e, conseqüentemente, condições de acesso ao Ensino Superior apresentados previamente.

Estamos com os Estudantes Internacionais por um Ensino Superior público, gratuito, democrático e de qualidade, para todos, livre de discriminações.

MENSAGEM FINAL

O movimento “Dos Alunos para os Alunos” enfrenta, novamente, um grande batalha eleitoral, contudo, **não separamos umas eleições às lutas diárias dos estudantes da Academia.**

É com a convicção de que somos uma lista de estudantes para estudantes, que **defendemos os nossos próprios interesses** e não de uma reitoria burocrática que continua a abafar a nossa voz.

O Senado Académico é mais um instrumento que os estudantes podem usar para reivindicar o **fim da propina, mais ação social escolar, mais e melhores residências e o fim do regime fundacional.**

Não serviremos os interesses económicos de alguns que, mesmo estudando, nos obrigam a trabalhar para pagar as propinas, a fazer contas já no início do mês, a pedir à nossa família mais uma “ajuda”. **Somos estudantes, a nossa condição é defender os nossos direitos.**

**AS IDEIAS E SOLUÇÕES DISCUTEM-SE,
OS DIREITOS DEFENDEM-SE.**